

Quina ecológica

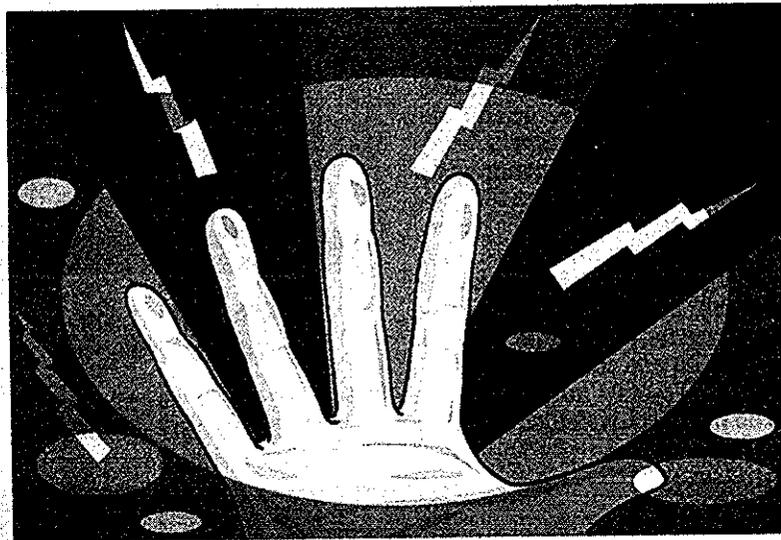
CINCO FORMAS DE INCITAR PRODUTORES E CONSUMIDORES A PREFERIR BENS E SERVIÇOS QUE NÃO AGRIDAM ECOSISTEMAS

JOSÉ ELI DA VEIGA

Não existe justificativa técnica para boa parte dos atuais desperdícios de energia e de matérias-primas. Várias dezenas de saídas podem ser encontradas com uma simples consulta ao Instituto de Wuppertal para o clima, ambiente e energia, na Alemanha, ou ao Instituto para a Comunicação e Análise das Ciências e das Tecnologias, na Suíça: embalagens reutilizáveis, móveis muito mais duráveis, prédios e aparelhos domésticos que precisam de pouquíssima eletricidade, carros que fazem 100 quilômetros com menos de dois litros de combustível, inúmeras formas de dispensar transportes, soluções urbanísticas que podem reduzir a um terço o presente consumo anual per capita de carburantes, etc. Enfim, um leque muito mais amplo do que o cardápio de explicações disponíveis para a lentidão com que essas saídas tecnológicas se tornam inovações.

Forma-se, entretanto, um razoável consenso sobre os cinco dedos da mão que podem incitar produtores e consumidores a preferir os bens e serviços que não abusam demais da

resiliência dos ecossistemas que já estão seriamente ameaçados e poderão ser aniquilados por um novo impulso de crescimento econômico mundial. Dois são relativamente novos: o comércio de autorizações de poluir e a certificação mediante selos verdes. Nos Estados Unidos há leilões anuais de um título que permite lançar uma tonelada dióxido de enxofre na atmosfera, e a quantidade ofertada diminui a um ritmo de 10 milhões de toneladas por ano. O mesmo esquema foi adotado há quase dois anos em Kyoto para limitar o efeito estufa, mas a formação desse mercado



internacional tem-se mostrado bem difícil. Os selos, muito usados para certificar a origem de certos produtos, tornam-se agora meios de garantir que certos alimentos considerados mais saudáveis foram produzidos com métodos pouco ou nada poluentes. Sua eficácia é diretamente determinada pela sensibilidade dos consumidores às questões ambientais.

Comércio de autorização de poluir e selos verdes estão entre as novidades

As outras três apostas dessa quina ecológica – proibição, regulamentação e tributação – são velhos instrumentos legais que também passam a ser renovados pela aplicação a problemas antes desconsiderados. A proibição de determinadas formas de caça e pesca é antiqüíssima, ao contrário da proibição de amianto na construção civil, apesar de seu efeito cancerígeno ser conhecido desde 1938. Regulamentos relativos à saúde pública também são bem antigos, mas as normas que disciplinam dejetos industriais nem tanto, para não falar das normas sobre cultivo de transgênicos. E talvez seja a mais velha inimiga do fumo e das bebidas alcoólicas – a taxa – que se transfor-

me na grande vedete do desenvolvimento sustentável.

As ecotaxas fazem com que os agentes da poluição paguem individualmente por suas “externalidades negativas”, isto é, pelos inconvenientes que criam para a coletividade. Uma de suas grandes vantagens é que esses agentes são incentivados a reduzir os estragos que provocam, única maneira de pagar menos. Outra é evidentemente a arrecadação de recursos que, além de viabilizar investimentos públicos, pode permitir a redução (ou mesmo o fim) de outras imposições fiscais cujos efeitos são muito menos benéficos e por vezes se tornaram até nocivos à coletividade.

Nas duas principais nações da União Européia multiplicam-se os sinais de que seus sistemas tributários tenderão a aliviar a carga fiscal que pesa sobre o fator trabalho mediante uma adoção crescente de ecotaxas. Ernst Ulrich von Weizsäcker, deputado no SPD no Bundestag, e atual presidente do Instituto Wuppertal, está propondo uma mudança tributária que visa a aumentar o preço da energia nas próximas décadas a um ritmo de pelo menos 3% ao ano. Vai em direção parecida o denso relatório recentemente publicado pelo Conselho de Análise Econômica, criado

em julho de 1997 pelo primeiro-ministro francês Lionel Jospin. Seu ministro das Finanças, Dominique Strauss-Kahn, já lança balões de ensaio sobre uma futura queda das contribuições sociais a ser financiada pela criação de ecotaxas sobre as energias poluentes. E não será nenhuma surpresa se o Conselho Europeu, que se reunirá no início de junho em Colônia, vier a adotar um pacto de expansão econômica que estimule esse tipo de reorientação tributária, acoplada a um programa de pesados investimentos nas chamadas altas tecnologias inovadoras (que já são responsáveis por metade do crescimento econômico americano, mas de no máximo um quinto do europeu).

Resumindo, muitas soluções tecnológicas para problemas ambientais demoram para tornar-se inovações, tanto por causa das dificuldades de pôr em prática as medidas que podem incentivar sua demanda por produtores e consumidores quanto por causa da morosidade com que as elites vão-se dando conta das vantagens de transferir para os poluidores a carga fiscal que hoje prejudica a criação de empregos. Uma constatação que só pode comprovar o quanto é estéril o pensamento econômico que não considera como ingrediente essencial do crescimento econômico a estrutura de incentivos decorrente das instituições. Exatamente a crítica feita, por Douglass North aos modelos neoclássicos construídos em torno dos rendimentos decrescentes (Romer, 1986), ou da acumulação de capital físico e humano (Lucas, 1988). Uma conclusão que também ilustra o quanto teria sido mais profícuo explorar trilha aberta por Nicholas Kaldor (1908-1986).

■ José Eli da Veiga, professor-titular de Economia e Ciência Ambiental da USP, está realizando pesquisa na Europa com auxílio da Fapesp
 e-mail: veiga@msh-paris.fr